

Reunião Ordinária de 28 de novembro de 2022

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 26

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de 2022, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 40.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

----- **PRESENCAS:** -----

----- **Presidência da reunião:**-----

----- Pedro Daniel Machado Gomes;-----

----- **Vereadores presentes:** -----

----- Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro – Vereador em regime de não permanência

----- Manuel António da Mota Nunes - Vereador em regime de permanência;-----

----- Maria do Céu Vieira Rocha, Vereadora em regime de permanência.-----

----- Carlos Manuel Soares Nunes, Vereador em regime de não permanência.-----

----- Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Vereador em regime de permanência.-----

----- António Augusto dos Reis Silva, Vereador em regime de permanência.-----

----- **Secretária:** Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos.-----

----- **HORA DE ABERTURA:**-----

----- Eram quinze horas quando, pelo Senhor Presidente, foi aberta a reunião.-----

----- Foi aprovada a ata da reunião de 14/11/2022 sendo dispensada a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do Executivo.-----

----- Não participou na votação o Sr. Presidente da Câmara Pedro Daniel Machado Gomes e o Sr. Vereador Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro por não terem estado presentes na reunião a que se refere a ata.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Intervenção dos Membros do Executivo:**-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes fez a seguinte intervenção:-----

"Na última reunião trouxe o assunto da leitura dos contadores de água no mês de agosto, cuja ausência de técnico acabou por ditar um aumento de custos na fatura do mês subsequente, isto porque os consumos acabaram por atingir escalões que não seriam supostos. -----

O Sr. Vereador Manuel Nunes solicitou-me o número de consumidor, deste modo, indico os números 10754, 6560, 5067 para verificar."-----

O Sr. Presidente referiu o seguinte:-----

"Como sabem, nós, Entidades Gestoras, não temos de fazer leituras mensais. O que o ERSAR exige é que se façam pelo menos 2 por ano, uma a cada 6 meses. Normalmente, nós procuramos que não passe mais do que um mês sem leitura real, para depois não haver grandes distorções. A médio/longo prazo, quando nós tivermos os contadores inteligentes, isso deixa de ser um problema, aliás, vamos ficar com outra possibilidade muito interessante que é, em vez de termos uma faturação mensal passarmos a ter uma faturação diária, ou seja, todos os dias úteis do mês poderemos emitir faturas de água. Hoje para os clientes até X, depois, no outro dia, até Y etc... O que é ótimo porque não se acumulam tarefas de final de mês e o serviço fica mais diluído no tempo. Por outro lado, também será positivo em termos de receita, porque em vez de entrar apenas no final do mês passa a entrar ao longo de todo o mês. -----

Já temos ensaios em alguns equipamentos públicos, nomeadamente nas escolas para ver como decorre, para depois fazemos um plano de aquisição e estabelecer o escalonamento de 3 a 4 anos de modo a termos a rede completamente coberta com esse tipo de contadores. Até lá, o que podemos fazer é corrigir, se efetivamente houver alguma distorção. A nossa aplicação informática, que até agora foi servindo, tem muitas limitações. A própria aplicação podia e devia fazer logo essa correção, ou seja, a partir do momento em que há um novo consumo real e se verifica que aquele consumo estimado foi por excesso, o ideal seria que corrigisse e fizesse a imputação a cada um dos escalões. Neste momento, isso tem que ser feito manualmente. A diferença não deve ser muito significativa, mas um cêntimo que seja, devia ser automaticamente corrigido. Se for o caso, os serviços fazem a correção da fatura. Com o investimento que vamos fazer na nova aplicação informática para o sector de águas e outras, cujo valor consta do orçamento do próximo ano, vamos ultrapassar essas limitações."-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu: -----

"Outro assunto tem que ver com as obras de eficiência energética. Mais uma vez tenho sido contactado por questões relacionadas por um lado, com o atraso na execução das obras e, por outro, com queixas de conforto mais ao nível da climatização, agora começou o frio, a chuva, refiro-me à escola da Boavista. Pelo que percebi de alguns Pais é que a tubagem ainda não foi instalada, não é apenas um atraso na entrega do equipamento é também a instalação que está atrasada. Gostava de saber se isso corresponde inteiramente à verdade ou não?"-----

O Sr. Presidente esclareceu:-----

"Antes desta reunião estivemos a falar justamente sobre isso. Parece que há atrasos na entrega de equipamentos e relativamente à rede de tubagens terei de verificar qual o ponto da situação. Até que a solução definitiva esteja a funcionar,

temos de ter soluções alternativas. Estamos a estudar a possibilidade de colocar aquecedores elétricos, mas é necessário que a instalação elétrica tenha potência para o efeito, ainda que a título provisório. No passado já fizemos isso noutras escolas, o problema que pode existir é se, eventualmente, o quadro elétrico não suportar àquela potência. Será sempre uma solução para algumas semanas, até que a solução definitiva esteja implementada.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou:-----

“Gostaria de saber qual a parceria estabelecida com a recém Associação Empresarial de Lousada, no que diz respeito às atividades de Natal e mais em concreto à pista ecológica de gelo, quem é que paga o quê e quem é que recebe o quê?”-----

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

“Quem paga é a Câmara. A exemplo do que já se fez no passado, a ideia é que os comerciantes possam ter um atrativo para convencer os seus clientes a aderir ao comércio local, com a disponibilização de vouchers para poderem vir à pista de gelo.”-----

A Sr.ª Vereadora Maria do Céu Rocha adiu: -----

“A recém-criada Associação, visa dinamizar o comércio local e também, e sobretudo, todo o tecido empresarial. A instalação da pista é assegurada pelo Município, assim como todo o mercado de Natal é disponibilizado quer aos comerciantes, quer às Associações locais que aderiram. A pista implica uma gestão diária, o custo com os monitores, a animação interior e a segurança ficam a cargo da Associação. A parceria consiste em o Município implementar toda a estrutura e a gestão diária da pista é assegurada pela Associação Empresarial, sem qualquer custo adicional para o Município.”-----

Os bilhetes serão vendidos pela Associação de Comerciantes, no entanto, há várias lojas de comércio local que aderiram à iniciativa e em compras de determinado valor têm direito a um voucher que dá acesso gratuito à pista de gelo. O objetivo é dinamizar o comércio local.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu:-----

“Acrescento que a Associação Empresarial de Lousada surgiu muito do desafio que lancei no âmbito dos bairros digitais.”-----

O Sr. Vereador Nelson Ângelo Coelho Oliveira acrescentou:-----

“No início da pandemia tivemos uma reunião com alguns comerciantes e lançamos esse desafio, para que se organizassem. Esses comerciantes ficaram de se reunir e de se organizarem e, pelo que verifico, alguns são os mesmos que aqui estiveram nessa reunião.”-----

A Sr.ª Vereadora Maria do Céu Rocha prosseguiu:-----

“A 16 ou 17 de fevereiro reunimos, eu estava online porque tinha Covid, eles estavam todos no Salão Nobre e ali decidiram como é que iria ser constituída a Associação. De facto, foi uma mais-valia para podermos pensar em candidaturas futuras, porque faz muita falta uma Associação Empresarial no Território para os bairros comerciais digitais, e termos a tal majoração necessária de 40%. O consórcio não integrou esta Associação, porque não tinha a experiência no território e nós percebemos que para não dependermos de terceiros era muito

importante ter uma Associação Empresarial no Concelho. Eles têm que começar de alguma maneira, esta foi a forma de darmos o pontapé de saída.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes acrescentou:-----

“Obrigado pela explicação, não vou alongar a repetição de declarações passadas, mas queria dizer que, efetivamente, a iniciativa está no terreno e é louvável tudo aquilo que seja para estimular o comércio local tem a nossa aprovação, mas estas questões, para nós têm que ser claras, efetivamente, quem paga é o Município e quem recebe é a Associação de Comerciantes.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes prosseguiu: -----

“Gostaria de perceber se a cobertura do Mercado Municipal resolveu o problema das infiltrações no mercado. Quanto é que custou aquela cobertura?”-----

A Sr.ª Vereadora Maria do Céu Rocha esclareceu:-----

“O problema ficou resolvido e o valor da obra foi de 45 729,00€.”-----

-----ORDEM DO DIA-----

1. ORGÃOS DA AUTARQUIA

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

Relativamente ao mapa de pessoal o Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes referiu o seguinte:-----

“Gostava que o Sr. Presidente pudesse fundamentar mais esta proposta.”-----

O Sr. Presidente fundamentou o seguinte:-----

“A proposta que aqui está é sobretudo para incluir um conjunto significativo de trabalhadores que passam a integrar o quadro da Câmara por força da transferência de competências na Educação.”-----

Há algumas contratações previstas na área social que vão ser essenciais. Tínhamos aquele diferendo com o Governo relativamente às verbas e já conseguimos resolver, mas, efetivamente, os técnicos estão com muito receio daquilo que aí vem, porque, efetivamente, vem muito trabalho e esse trabalho só pode ser bem executado se houver recursos humanos suficientes. Portanto, há algumas novas contratações que têm despesa associada, mas têm também receita por força do fundo de financiamento da descentralização.”-----

Temos também a necessidade de manter os serviços operacionais e a exemplo do que aconteceu noutros anos, em que se previa determinadas ocupações de postos de trabalho e não houve o seu total preenchimento, também agora provavelmente acontecerá o mesmo. Por uma questão de gestão, é muito útil ter mais lugares do que aqueles que vão ser preenchidos. Vou dar-lhes um exemplo. Se souber que um determinado funcionário vai aposentado no próximo ano, o

desejável é que, antecipadamente, antes de ele ir embora se abra um procedimento para quando ocorrer a aposentação já termos uma lista de recrutamento em vigor para garantir essa substituição. Mas isso só pode ser assim se tivermos um lugar a mais no quadro, caso contrário teríamos de aguardar que o lugar ficasse vago com a aposentação, para depois se abrir o procedimento concursal.-----

Alguns dos lugares que aqui estão é justamente por esse motivo, para que a Câmara tenha maior flexibilidade nessas substituições e possa programá-las atempadamente.-----

A ideia é continuarmos a ter uma abordagem prudente na evolução dos Recursos Humanos, porque isso implica mais despesa corrente, portanto, a exemplo do que temos feito até agora é isso que preconizamos para o próximo ano, sendo certo que há aqui algumas áreas em que a despesa vai aumentar, mas que é inevitável. Nós neste momento não temos ninguém no quadro, nem ninguém que por mobilidade pudesse preencher o lugar, por exemplo, em áreas como a Proteção Civil, cuja necessidade é cada vez mais premente. O mesmo acontece com a contratação de um engenheiro eletrotécnico, porque é fundamental, sobretudo agora com os novos equipamentos, as climatizações, etc, para evitar recorrer à contratação externa.-----

São situações para manter a operacionalidade e reforçar algumas áreas como as que referi. Ao nível da Polícia Municipal somos altamente deficitários. No fundo, o mapa é para manter a operacionalidade e estrutura que temos. A proposta de abertura dos procedimentos tem de vir à Câmara e vamos continuar a ter essa prudência de controlar os custos.-----

2.1. Informação nº. 68749/2022 - Aprovação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal, que por extensa se dá como reproduzida, e submetê-la a aprovação do Órgão Deliberativo, cumprindo o estipulado no n.º 4.º do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.-----

2.2. Informação nº. 18601/2022 - Recurso à reserva de recrutamento interna constituída para o procedimento concursal para ocupação de 3 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional (Ação Educativa).---
Analísada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o recurso à reserva interna de recrutamento nos termos propostos.-----

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Resumo diário de tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia 25 de novembro de 2022, que totaliza um saldo de 6.578.389,59€.-----

3.2. Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2023, com Relatório de Apresentação do Orçamento e normas de execução orçamental/2023.

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

"O orçamento tem um incremento ao nível das receitas, mas esse incremento, sobretudo ao nível das transferências do Estado, deve-se ao aumento de responsabilidades por força da transferência de competências.-----

Tem um aumento relevante ao nível dos custos com pessoal, por força das alterações dos posicionamentos remuneratórios. No próximo ano vamos ter um acréscimo de 1 400 000,00€ em remunerações, onde estão incluídas as novas responsabilidades da transferência de competências, as alterações remuneratórias, a opção gestionária, o subsídio de alimentação.-----

Na aquisição de bens e serviços há um aumento exponencial de preços. No fundo é um orçamento que, a exemplo dos anteriores, é muito prudente ao nível da despesa corrente e expansivo ao nível dos investimentos.-----

Temos um PPI de cerca de 16 milhões de euros, é mais baixo do que o anterior em cerca de 1,4 milhões de euros, porque já estamos numa fase final de execução do quadro comunitário.-----

No próximo ano haverá um novo quadro comunitário e haverá já novos avisos. Estamos já a preparar-nos para quando esses avisos começarem a sair podemos apresentar candidaturas.-----

No fundo o PPI poderá a vir a ser reforçado, não só pela incorporação do saldo de gerência, mas também por um novo quadro comunitário que aí vem e temos projetos que poderão vir a ter verbas definidas aumentando o valor das dotações orçamentais. Do que estamos aqui hoje a tratar são as dotações iniciais.-----

Como costume dizer, os instrumentos de gestão previsional são dinâmicos, isto é o ponto de partida, mas esperamos que ao chegar ao final do ano seja ainda superior.-----

Queria dar nota de que do ponto de vista da receita fiscal continuamos a prever as taxas mínimas ao nível do IMI, a redução do IRS para os 4% e a isenção de derrama. Parece-me importante, sobretudo neste contexto de crise inflacionista, referir que em 2023 vamos congelar os preços da água e saneamento.

Quero dar nota também de que virá à próxima reunião de Câmara e depois à Assembleia Municipal, um acordo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia com o maior incremento de sempre em termos de transferências financeiras. Vocês propuseram um aumento de 20% e nós vamos

estabelecer um aumento de 29%, reforçando as condições para que, efetivamente, as freguesias possam encarar os desafios que aí vêm com mais tranquilidade.-----

Estamos todos na expectativa porque não sabemos o que é que aí vem e se vai haver necessidade de reforçar outras rubricas em função desses desafios. O nível de despesa com energia é assustador, falamos de previsões e estimativas, no futuro veremos se é necessário fazer alguma alteração. Felizmente, a nossa situação económico-financeira dá-nos a possibilidade de poder ter algumas almofadas para esse efeito.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou o seguinte:-----

“Em função deste orçamental e PPI como é que interpreta 2024 e 2025 em termos de transferência de competências da Administração Central para a Local?”-----

O Sr. Presidente respondeu: -----

“Estamos mais confortáveis, porque aquilo que estava sinalizado como estando mal, está resolvido, e era sobretudo na área da saúde e da ação social. Na ação social era mesmo deficitário. E era deficitário por força das regras que foram estabelecidas para todo o País que não funcionam em todos os lados. Por exemplo, foi estabelecido que o referencial seria a despesa que o Estado estava a ter nos 2 anos anteriores ao início do processo. No fundo, as contas que fizeram foi quanto é que o Estado estava a alocar a cada uma das transferências transferidas e atribuir esse valor para as Câmara Municipais. Ao nível do serviço de atendimento e acompanhamento social que era o contrato RLIS que existia com a Santa Casa da Misericórdia, que cessou em 2019, o Estado deixou de ter aquela despesa, e em consequência, na proposta que nos fizeram nada propunham transferir relativamente a isso. O certo é que esse contrato não foi renovado, mas a Câmara passou, a partir daquele momento, a ter um incremento de despesa, porque já nessa altura contratamos duas ou três pessoas e começamos a prestar aquelas funções. Reportamos isso à tutela e a Senhora Secretária de Estado numa audiência comigo e com a Senhora Vereadora reconheceu que, efetivamente, isso não tinha qualquer sentido e que não era justo, portanto, vinculou-se e comprometeu-se a encontrar uma solução, solução essa que já foi encontrada.---

Há também uma área que nós não nos sentíamos confortáveis, que era na questão dos subsídios eventuais, são aqueles apoios financeiros para situações de extrema de carência. O valor que o Estado estava a propor era inferior àquilo que nós sabíamos que é a despesa atual da segurança social, também reportamos isso e pelo que sei, esses valores vão ser reforçados substancialmente.-----

Ao nível da saúde também havia umas dúvidas que já estão esclarecidas.-----

Acho que o maior perigo é a médio/longo prazo. Mas sinto-me mais confortável. Porquê? Porque, por um lado, foi criado um fundo de financiamento da descentralização e, portanto, já não há o perigo de estas transferências que o Estado vai fazer para os municípios para este efeito possam ficar diluídas com todas as outras, portanto, nós vamos ter forma, agora e no futuro, de saber, exatamente, quanto é que recebemos para o exercício daquelas competências transferidas.---

Por outro lado, em cenários de crise grave, como já aconteceu no passado, poderá haver cortes e o facto de se ter criado este fundo de financiamento de

descentralização dá-nos a garantia de que ninguém vai cortar aqueles valores, porque foi criado através de uma lei de valor reforçado, portanto, só com uma larga maioria na Assembleia da República será possível ser alterado. Por outro lado, está também assente que vai haver uma monitorização da execução dessas competências e também da relação dos custos efetivos com aquilo que é transferido. Eu diria que o principal desafio que nós temos pela frente é monitorizarmos todos esses custos, porque se chegarmos à conclusão de que essas transferências são insuficientes, temos a Associação Nacional de Municípios que está a fazer um trabalho excelente e tem insistido nisso, que é importante que todos os municípios, façam as suas contas, reportem toda a informação necessária, sobretudo neste período de execução já com experiência adquirida, reportar isso para que a Associação possa reportar isso junto do Governo e se for necessário haver ajustes a esse nível.

Ao nível do sector de água também houve um incremento na receita, nós estamos a crescer, estamos a ter cada vez mais clientes.

Não os queria maçar, tenho aqui uma análise mais detalhada do Orçamento.

A Receita total prevista a arrecadar para o ano de 2023 totaliza o valor de 49,373 milhões de euros.

Regista-se uma variação de cerca de mais 4,182 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 9,3% em relação ao orçamento de 2022, provocada essencialmente pela subida nas transferências correntes, nomeadamente as transferências de competências da administração central.

A receita proveniente das transferências correntes tem o peso de 42% na receita total e apresenta a maior parcela de receita autárquica (20,652 milhões de euros) e sofreu um aumento de 29,8 pp em relação ao ano precedente, como referido, resultante da transferência de competências, em particular da educação.

As receitas fiscais com o peso de 18% (9,068 milhões de euros), mantêm o terceiro lugar na estrutura da receita.

Esta parte é importante. Só para termos a noção em termos comparativos com o resto do País, no último Anuário Financeiro que foi recentemente publicado, no universo autárquico o peso médio das receitas fiscais nos municípios de média dimensão, como é o nosso caso, é de 36,2%. Em Lousada só tem impacto de 18%, apenas metade!

Relativamente aos impostos, embora à frente tenhamos pontos para o efeito, isto entronca com o orçamento, e também de acordo com o último anuário financeiro, a média destes impostos por habitante, refiro-me ao IMI, IMT, IUC e Derrama, em 2021 foi de 238 euros, mas em Lousada situa-se na ordem dos 195,21€ por habitante. Por força desta política fiscal que nós temos vindo a implementar, a Câmara abdica e vai continuar a abdicar novamente no próximo ano, a favor das famílias e das empresas, de 2 milhões de euros que seria o incremento de receita que nós teríamos se aplicássemos as taxas máximas de IRS, IMI e Derrama. Estaríamos a falar de um incremento de receita superior a 2 milhões de euros.

Q

Ao nível da despesa, a despesa total em 2023, os totais da despesa orçada, apresentam um crescimento de 9,3% (+4,182 milhões de euros) em relação ao ano precedente, tendo a rubrica de despesa corrente maior impacto com um aumento de 5,729 milhões de euros.

Na despesa corrente verifica-se uma subida do volume de despesas com o pessoal de 19,7% (+2,294 milhões de euros), o que contraria a tendência dos anos anteriores. Este incremento é fruto das admissões efetuadas no decorrer da descentralização de competências na área da Educação e de atualizações salariais, que pecam por tardias. No entanto, apesar deste aumento na despesa com pessoal também é importante salientar que o peso médio nacional das despesas com o pessoal na despesa total paga em 2021, foi de 29,7% contra os 28,2% do nosso município (- 1,5 pp).

Esta diferença ainda vai aumentar, quando todos os Municípios passarem a ter este incremento, uma vez que nós já estamos a considera-lo e, portanto, essa disparidade ainda vai ser maior, nós vamos ficar ainda mais abaixo daquilo que é a média nacional em termos de peso das despesas com pessoal relativamente à despesa total.

A segunda componente mais representativa da despesa são a aquisição de bens e serviços com um aumento de 25,7% (+2,687 milhões de euros) justificada essencialmente pelo aumento exponencial do preço dos bens e serviços.

Ao nível das despesas de capital esta componente regista uma descida de 11,4% (-2,116 milhões de euros) face a 2022, que tem que ver com o encerramento do quadro comunitário.

Em síntese, acho que é um orçamento na senda dos anteriores. Acho que é positivo também aquilo que tenho sublinhado todos os anos, que é o facto de nós termos conseguido de ano para ano manter um valor muito expressivo de poupança corrente, ou seja, para continuarmos a conseguir poupar na despesa corrente e com essa poupança alocá-la a despesa de capital, o que é muito positivo.

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou:

“Em relação ao orçamento, como é que define o marco estratégico deste orçamento para 2023, ou seja, onde é que conseguimos ver neste orçamento o desenvolvimento económico e social do Concelho?”

O Sr. Presidente explicou o seguinte:

“Repito aquilo que eu acabei de referir, a preocupação, sobretudo, neste contexto de crise económica, da Câmara continuar a abdicar de receita expressiva e não só relativamente ao IMI, IRS e à Derrama, mas também aquilo que referi relativamente ao congelamento dos preços de água e saneamento. Há claramente uma preocupação social, não só com aqueles que são mais desfavorecidos, mas também com todos os outros e esta preocupação social parece-me muito importante.

Depois, ao nível do desenvolvimento económico, temos um investimento muito considerável, que está em execução, na Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei. Temos investimentos de proximidade e parceria com as Juntas de

17

Q

Freguesia, que já referi e se traduz no incremento substancial de recursos para as Juntas de Freguesia.-----

Temos previsto um conjunto significativo de investimentos na requalificação da rede viária, onde vamos precisar de alocar mais recursos, porque grande parte das novas intervenções ainda não têm verbas definidas, mas vamos seguramente encontrá-las no próximo ano.-----

A questão da modernização administrativa, aquisição de novas ferramentas de digitalização, está muito bem vincada, temos uma série de projetos no PPI e que apontam nesse sentido, ainda no início referi a aplicação informática para os serviços de água e saneamento. A ideia é aproveitar os recursos do Norte 2030, mas ainda que não houvesse esses recursos, nós íamos avançar na mesma. Aliás, creio que vamos avançar mesmo antes dos avisos. Vamos ter a preocupação de ao elaborar os cadernos de encargos direcioná-los para o acordo de parceria, respeitando as regras da contratação pública para que essa despesa seja elegível. O trabalho mais difícil está feito a este nível que foi mudar a cultura instalada que existia aqui e existe em todos os serviços públicos. Costuma ser um chavão dizer-se isto, mas é verdade e nós sentimos isso que é a resistência à mudança. Essa parte foi resolvida, mas agora não podemos deixar de avançar porque as ferramentas não acompanham a nossa vontade de andar para a frente. Vamos fazer um investimento em novas ferramentas, mais ágeis e fiáveis.-----

Neste orçamento há uma preocupação muito grande com o investimento na requalificação das escolas, estamos com investimentos muito avultados na requalificação dos nossos equipamentos educativos. A decisão de termos avançado com estes investimentos foi em boa hora, porque, confesso, acho que o maior desafio que existe ao nível da transferência de competências na área da educação é encontrar-se mecanismos financeiros para requalificar todas as escolas que estão referenciadas. Não há PT2030 que aguarde tudo, isso consumia tudo e não chega para todos os recursos.-----

O PRR não considera aquele tipo de despesa elegível, logo, passará por se encontrar outras formas alternativas de financiamento, seja pelo Orçamento de Estado ou linhas de crédito BEI.-----

Esse vai ser o grande desafio. No caso de Lousada, poderemos precisar de mais qualquer coisa para finalizar os investimentos que fizemos, porque, com a dificuldade orçamental que existia, há algumas situações que nós desejávamos ter feito e não fizemos por questões orçamentais, no entanto, o essencial vai ficar feito, o que nos dá maior conforto e tranquilidade para o futuro.-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes questionou o seguinte:-----

“Chamou-me a atenção a questão da construção e organização de um centro de recolha de animais de companhia, está previsto meio milhão de euros!”

O Sr. Presidente esclareceu:-----

“Nós temos uma candidatura aprovada, no entanto é manifestamente insuficiente. Além da dificuldade da grandeza do investimento, tínhamos dúvidas que fosse a melhor opção fazer a ampliação na localização atual.-----

Nós temos um problema de falta de espaço e vamos ter sempre enquanto não se criarem outro tipo de soluções para este problema, mas efetivamente precisamos de mais espaço e achamos que naquele local poderá vir a ser um

problema em termos de incomodidade. Pela primeira vez, nunca tinha acontecido, chegou há algumas semanas uma queixa de um morador. Ampliar o centro de recolha poderá ser um problema para o futuro, portanto, estamos a estudar outros locais alternativos. Um deles que estamos a estudar é no terreno que adquirimos ao lado do campo de tiro. Equacionamos outras possibilidades, mas aquele local parece-nos que terá as condições ideais para o efeito. Agora, este financiamento é melhor do que nada, mas é muito pouco e vamos ver se encontramos aí outras fontes de financiamento.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes referiu:-----

“No seguimento do que acabou de dizer, onde é que têm fontes de financiamento para suportar os investimentos previstos ao longo de 2023?”-----

O Sr. Presidente esclareceu:-----

“Está na estrutura da receita que eu acabei de referir, temos impostos diretos que representam apenas 18% da estrutura de receita, está nas transferências do Estado, na capacidade que o município também tem de gerar receitas quer seja em venda de serviços, água, saneamento, taxas urbanísticas, etc.”-----

No fundo, estamos a falar de verbas que estão definidas, são reais, não estamos a falar de previsões para 2024, 2025 e 2026, aí sim, depende de cenários que ainda se vão confirmar, ou não, do acesso ao novo quadro comunitário, etc... Agora, aquilo que tem verbas definidas a receita está encontrada.”-----

Depois dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, **deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar os documentos em análise e submetê-los ao Órgão Deliberativo, cumprindo o estipulado na al. c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.**-----

Votaram contra os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada e apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Nós vamos votar contra porque um conjunto de propostas que apresentamos não foi atendida. -----

A elaboração de uma proposta de orçamento e plano plurianual de investimentos é um exercício exigente, que deve envolver as partes interessadas e os contributos da sociedade civil e da oposição política. Um plano de orçamento é, também, um documento de referência para o desenvolvimento da atividade que se perspectiva executar ao longo do ano, ou nos próximos anos, principalmente da atividade que rompa com a operação regular de funcionamento. Dito de outra forma, é na proposta de orçamento que se deve estimar a atividade estratégica para o desenvolvimento económico e social do concelho.-----

A oposição política fez a sua parte. Apresentamos um plano estruturado de medidas que defendemos necessárias e estratégicas para o concelho, no atual contexto de desenvolvimento e supressão de necessidades sociais da nossa comunidade, naturalmente alicerçado nas fontes de receita do município e em financiamento público, nacional e comunitário. -----

Lamentavelmente, uma grande parte das propostas apresentadas não foi considerada. O mais grave é que não consideraram as propostas que promoviam maior bem-estar social da nossa comunidade e alívio da carga fiscal. Isso está bem patente na previsão de aumento de receitas fiscais na ordem de 600.000,00€. -----

Q

A insensibilidade social que esta proposta de orçamento traduz é correlativa da ausência de propostas para resolver a falta de transportes públicos no concelho, por exemplo, ou para mitigar a crise inflacionista que atinge toda a sociedade, mas que coloca em maior risco a maioria das famílias lousadenses, porquanto continuam, infelizmente, a ostentar um baixo índice de poder de compra. -----

A proposta de orçamento poderia e deveria ir mais longe. A verdade é que optam por cobrar mais 600.000,00€ em impostos aos lousadenses, sem que haja o cuidado de aliviar em 40€ a carga do IMI para agregados com dois dependentes ou reduzir para 3,5% a taxa de participação do Município em sede de IRS dos contribuintes lousadenses ou aplicar uma redução de 20% no valor de cada tarifa de disponibilidade de água, saneamento e resíduos, entre outras. -----

Um plano que reflete um investimento de 500.000,00€ para a construção e modernização de um centro recolha oficial animais companhia, mas nada aponta para aliviar os encargos das famílias, diz muito da sua prioridade.-----

Um orçamento de 49 milhões de euros, mais 9,3% que o orçamento anterior, cujo aumento também se deve ao envelope financeiro a que corresponde a transferência de competências da administração central para a administração local, um "presente" que pode ser amargo em termos futuros, caso os encargos financeiros com as novas competências não sejam devidamente acompanhados pelo orçamento do estado. -----

Um plano de investimentos de manutenção. Nada contra a manutenção do património municipal. Aliás, esta tem sido a marca da sua presidência. Vai procedendo à manutenção daquilo que recebeu, o que não é de todo mau, mas é francamente pouco para o potencial do nosso concelho e da nossa região. Ou seja, um orçamento sem qualquer marco estratégico para o desenvolvimento económico e social do concelho. -----

Da nossa parte, continuaremos empenhados em apresentar soluções e a construir uma alternativa de governação mais ambiciosa para o nosso concelho."

O Sr. Presidente declarou o seguinte:-----

"Nós votamos, naturalmente, a favor, e também queria prestar uma declaração de voto.-----

Eu queria dar nota de que as propostas que a Coligação apresentou foram todas elas devidamente ponderadas por nós e muitas delas estão vertidas na proposta de orçamento. Acontece é que neste conjunto de propostas que a Coligação apresentou, muitas delas não devem, nem podem estar no orçamento, o que não quer dizer que não possam vir a ser concretizados. Por exemplo, a Coligação refere que este orçamento e este PPI devia ser mais verde, e como medida, até 2023, devia prever o encerramento, selagem e ajardinamento do aterro de Lustosa. Ora, não vale a pena chover no molhado, isso é um assunto que já está mais do que esclarecido.-----

O aterro de Lustosa está a esgotar a sua capacidade, há fundos próprios, aliás são obrigatórios serem constituídos para garantirem não só a sua selagem, mas também para o tratamento paisagístico daquele espaço. Isso é uma realidade que se vai concretizar a curto prazo e não faz qualquer sentido colocar uma proposta

destas no nosso orçamento, porque nem sequer vai ser um custo da Câmara Municipal, pois quem vai fazer esse investimento vai ser a Ambisousa.-----

Concluir as redes de abastecimento de água e saneamento do Concelho, está no orçamento e está no terreno, em execução, uma grande obra no valor de 1 819 000 €, que é justamente para o fecho de redes e Lousada com este investimento pode orgulhar-se de ter umas das taxas de cobertura maiores da região e até do país.-----

Implementar o sistema de recolha de bio resíduos, parece-me bem! Está previsto e estamos a trabalhar já nesse sentido. E há um acordo já no âmbito da Associação de Municípios de que esta nova valência seja assumida também pela Ambisousa. Aliás, saiu há umas semanas um aviso do Fundo Ambiental para a apresentação de candidaturas. Os municípios do Tâmega apresentaram essa candidatura, os Municípios do Sousa não apresentaram porque neste momento, a dotação disponível é apenas de meio milhão de euros, portanto, era manifestamente insuficiente para todas as necessidades e já está acertado que, no caso dos municípios de Sousa, farão depois, num segundo aviso que vai sair no próximo ano, uma candidatura para que efetivamente haja aqui uma lógica concertada e, por outro lado, neste primeiro aviso a Ambisousa não era elegível. No segundo aviso, já vamos pedir para que as entidades intermunicipais e as associações intermunicipais possam ser elegíveis, porque o que faz sentido é que, a exemplo daquilo que está a acontecer neste momento, com a recolha seletiva dos resíduos, a Ambisousa possa também assumir. Portanto, esta situação não está no orçamento, mas está devidamente acautelada.-----

Promover a criação de comunidades de energia renovável também está previsto no orçamento. Aliás, tivemos em Lousada o prazer de participar no primeiro aniversário de uma associação muito interessante e que vai muito à frente daquilo que é a tendência nacional. Já está em funcionamento, em Pias, e há quem já tenha exemplos práticos do potencial que este tipo de projetos tem. Nós queremos também criar comunidades de energia para os nossos edifícios e permitir também que quem estiver nessa área de influência possa aderir, porque não temos dúvidas de que esta é uma ferramenta importantíssima para nós controlarmos o aumento exponencial de preços da energia.-----

Depois, efetivamente, a aquisição dos 4 mini bus elétricos não está prevista. Isso é verdade, no entanto, entendemos que este tipo de problemas não pode ser resolvido com soluções avulsas. -----

Nós temos de ver cada vez mais este problema de uma forma integrada e tratá-los de uma forma concertada e integrada no âmbito da CIM. Efetivamente nós temos um problema de mobilidade, não só em Lousada, mas em toda a região, sabemos disso. Para além daquele projeto estruturante que está previsto, que é importante, mas que não resolve todos os problemas, que é o caso da linha do Vale do Sousa, nós temos de encontrar outro tipo de soluções para as necessidades que temos. Já há soluções que estão experimentadas e que têm sido um sucesso, nomeadamente o transporte a pedido que poderá resolver algumas situações. Mas o transporte a pedido será apenas, na minha opinião, para resolver uma franja do problema, não é, ou não deve ser a principal ferramenta, sobretudo para municípios com a realidade de Lousada. Tem uma importância muito grande,

17

Q

sobretudo em municípios de baixa densidade, em que a distância aos grandes centros é maior. No nosso caso também poderá ser importante nalgumas situações, mas a solução principal passa por nós termos transportes mais regulares, mais confortáveis e mais eficientes e isso só se consegue se nós conseguirmos ter uma rede de transportes cada vez mais moderna e atrativa. E tem de ser pelo lado da oferta que nós temos que trabalhar para que efetivamente depois as pessoas se sintam motivadas a optar pelo transporte público. Sabemos, e eu já disse mais do que uma vez na Assembleia Municipal, que há muitos autocarros que circulam com meia dúzia de pessoas. Porque é que isso acontece? É porque os horários não são dos melhores? É porque o conforto não é o melhor? Temos que perceber as causas e o que é que temos que fazer para melhorar esta realidade.-----

Queria dar a nota de que na semana passada, no âmbito da CIM, reuni com o Professor Álvaro Costa, que é um dos principais entendidos nesta matéria de mobilidade, para que ele nos ajude a pensar também que tipo de soluções poderão ser encontradas para nós resolvermos este problema na Comunidade Intermunicipal e eu aí abro todos os cenários, porque este concurso público internacional que está em vias de ser assinado, é válido apenas por 5 anos, e é o tempo ideal para nós termos uma reflexão profunda e de ver o que é que, efetivamente, nós precisamos, e o que é que faz mais sentido para o território, para depois se poder planificar.-----

Temos todos noção que por muita vontade que todos nós tenhamos de preferir o carro e preferir o transporte público, a resposta que existe é muito limitativa, pelo que temos que encontrar e soluções. Com isto quero dizer que apesar de não estar previsto nenhuma aquisição de autocarros no orçamento é um problema que está devidamente identificado pela Câmara Municipal e pela Comunidade Intermunicipal e que está a ser trabalhado num cenário de médio prazo. -----

Relativamente à proposta Lousada mais digital, a rede fibra ótica não tem de estar, nem deve estar no orçamento, porque isso compete e está a ser feito pelos privados. Aliás, Lousada com estes investimentos que estão a ser feitos ficará a curto prazo com uma cobertura muito interessante ao nível da rede de fibra ótica. Não sei se sabem, mas temos em curso grandes investimentos, sobretudo na zona este do Concelho, em Caíde, Torno, Vilar do Torno, creio que até já estarão concluídos e a funcionar.-----

Dar nota também de que relativamente ao gabinete municipal de inteligência territorial que propuseram, confesso que não percebi bem qual seria o alcance, mas creio que tem que ver sobretudo com a procura de soluções inteligentes para as diversas intervenções. Queria dar nota de que na CIM estamos a trabalhar uma candidatura com os Municípios que é as Smart Villages, um projeto novo, a exemplo do que acontece com as Smart Cities, cuja crítica era de que esses projetos estavam apenas disponíveis para as cidades. No âmbito da Comunidade Intermunicipal, temos uma candidatura por cada concelho. Estamos a trabalhar a nossa e esperamos que ela seja bem-sucedida, para que se possa reivindicar junto da Autoridade de Gestão e do próprio Governo para que possa ser replicado noutros pontos do Concelho.-----

Ao nível da digitalização, já aqui referi o investimento avultado que está previsto e já com verbas definidas no orçamento. Vamos abrir uma série de

concurso público para reforçar as ferramentas porque, como disse, a parte mais difícil está feita que é a desmaterialização de processos. Agora temos de ter ferramentas mais ágeis, mais rápidas, mais fiáveis. -----

Eu poderia continuar por aqui abaixo, a referir-me a cada uma das vossas propostas, mas também tenho que deixar aqui algum espaço para a Assembleia Municipal, mas não poderia deixar de fazer aqui algumas considerações sobre a questão da política fiscal, porque o senhor vereador disse que há aqui uma insensibilidade social por parte da Câmara Municipal porque está a cobrar mais 600 mil euros. Eu acho que esse tipo de análise não é correta, porque não corresponde à realidade. Nós temos receita, mas também temos despesa e se nós, efetivamente, não tivéssemos um incremento de despesa, este orçamento era mesmo muito simpático, porque, efetivamente, houve um aumento considerável de receitas e, sobretudo, transferências por parte do Estado. O problema é que, paralelamente a esse aumento de receita, temos um aumento tão grande ou maior ao nível da despesa, isso é que é a verdade.-----

Já não vou referir as despesas que são inerentes ao processo da transferência de competências, mas vou referir aquilo que é do conhecimento público, que é o aumento abrupto de preços de bens e serviços de energia, combustíveis, e a este nível a grande dúvida é se este problema vai ficar por aqui, ou se ainda se vai agravar no próximo ano, não sabemos! Acho que não é uma análise correta e séria dizer que vamos arrecadar mais X. Não! O que é sério é dizer aquilo que nós dizemos, na minha opinião, acho que é a forma correta de abordar a questão. O Município tinha direito a X e abdica de uma parte que tinha direito em benefício das famílias e das pessoas. -----

Relativamente à questão de devolver 40 euros aos agregados com dois dependentes, eu já o disse no passado, ao nível da receita nem é tão considerável quanto isso, mas a questão é se isso deve ser uma prioridade e se não teria o mesmo sentido reduzir 20€ para quem tem apenas um dependente. Qual é o critério para darmos 40 euros a quem tem dois dependentes e não darmos 20 a quem tem um? Qual é a justiça dessa medida? -----

Isto tem um impacto assim tão grande na vida das pessoas? Claro que não!---

Tem muito mais impacto outras medidas que nós introduzimos. Volto a dizer aquilo que já disse, se no futuro nós tivermos uma situação ainda mais confortável do que a que temos, porque infelizmente este ano não vamos ter uma situação confortável, justamente por causa desta crise inflacionista que estamos a assistir, mas se no futuro o panorama mudar, temos ainda uma margem de progressão a este nível. Mas também é necessário perceber que se os municípios abdicarem de toda a receita a que têm direito, naquela parte em que podem dispor dela, ficam cada vez mais manietados por falta de soluções financeiras para resolver os seus problemas. -----

Naquela reunião que tivemos quando vocês apresentaram propostas para o orçamento, eu disse que a vossa proposta tinha um pecado capital, porque aumentava a despesa e diminuía a receita. E é verdade. Volto a dizer, para que a vossa proposta fosse séria, deviam não só elencar novas despesas, mas também elencar outras de igual valor que pudessem ser cortadas. E se propõem reduzir a

receita, teriam de ir à despesa e cortar na mesma proporção. Esse é que é o desafio difícil de quem tem a responsabilidade de gestão.-----

Ainda sobre o IRS, também vamos falar à frente sobre isso, mas porquê uma redução de 3,5%? Por que não 3%, ou 2,5%, ou 2%, ou mesmo 0%? Isso é tão pouco sério que vocês próprios não se entendem quanto ao assunto. Na verdade, nos mandatos anteriores a grande bandeira do PSD era descer o IRS para os 2,5%! Bom, agora já têm mais bom senso, agora já não defendem que se reduza para os 2,5%, mas para os 3,5%. No fundo estão a dar-nos razão. Mas nós mantivemos sempre a coerência, porque efetivamente sem ovos não se fazem omeletes. As pessoas esperam de nós que efetivamente tenhamos uma postura séria e responsável. Eu acho que uma Câmara Municipal não pode, de maneira nenhuma, ter uma política meramente distributiva. A função de uma Câmara Municipal não é abdicar de toda a receita e distribuir o pouco que sobra. Não é isso que as pessoas esperam de nós. As pessoas esperam de nós que sejamos justos na política fiscal que implementamos, que não se deixe ficar ninguém para trás, que os mais desfavorecidos sejam devidamente apoiados e que haja uma política progressista, e para termos uma política progressista temos de ter recursos financeiros para o efeito.-----

O Sr. Vereador referiu que ao nível do plano de investimentos era um plano de investimentos de manutenção. Efetivamente o que temos no PPI é muita requalificação! Manutenção é aquilo que fazemos durante todo o ano, à medida que as coisas vão precisando. Requalificação é tornar os equipamentos e infraestruturas novamente novos, revitalizando-os, valorizando-os, dando-lhes outras dinâmicas, ao serviço da população. Mas também há investimentos novos que fazem a diferença e vão fazer a diferença e que vão ter efeitos na vida das pessoas e na nossa economia. E estou a pensar, por exemplo, na Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei e que vai ser um sucesso, não tenho dúvidas. No próximo ano vamos aprovar as regras de alienação, definir os critérios porque o preço está devidamente tabelado. Agora o grande desafio é ver se conseguimos chegar a acordo com os vizinhos desta área, porque ela vai ser manifestamente insuficiente para a procura, vamos ter de fazer um estudo de impacto ambiental, que não está no PPI, mas vamos ter de arranjar verba para o efeito e depois ver se chegamos a acordo com os proprietários, para que se possa aproveitar o potencial daquela área.-----

Em síntese, o orçamento para 2023 atinge o montante global de 49,373 milhões de euros, as receitas correntes previstas totalizam aproximadamente os 35,3 milhões de euros e as despesas correntes 30,71 milhões de euros, gerando, na senda dos anos anteriores, uma poupança corrente muito expressiva, no valor aproximado de 4,637 milhões de euros, que permitirá ao município continuar a reforçar a sua capacidade de investimento.-----

O investimento projetado ultrapassa os 16 milhões de euros que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, como a requalificação das Escolas e da Rede Viária, a Zona de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei, TIC no processo de Modernização administrativa, bem com o fecho da rede de águas residuais. Estes são alguns exemplos dos compromissos que assumi nas últimas eleições autárquicas.-----

Este orçamento permite ainda assegurar o bem-estar e promoção da qualidade de vida dos nossos munícipes com políticas amigas das famílias e de apoio às empresas e comerciantes do nosso concelho, por via da manutenção das taxas de impostos municipais:-----

- ✓ Taxa mínima de 0,30% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e adotar o IMI Familiar;-----
- ✓ Manter os 4% da Taxa de IRS;-----
- ✓ 0% de derrama.-----

De acordo com o último Anuário Financeiro, a média destes impostos por habitante em foi de 238 euros. Lousada situa-se muito abaixo na ordem dos 125,91€.

Estima-se que a perda de receita para o município no conjunto dos impostos (IRS, IMI, Derrama) ultrapasse os 2 milhões de euros.-----

Acresce o facto de em 2023 congelarmos os preços da água e saneamento, de modo a ajudar as famílias e as empresas a enfrentar a crise inflacionista em que vivemos.-----

Acresce ainda o facto de em 2023 o Município levar a cabo o maior aumento de sempre nas transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, em 29%, ao abrigo da transferência de competência dos Municípios para as Freguesias.-----

Este é o orçamento que apresentamos para 2023 e que vai ao encontro do que tem sido nosso apanágio baseado no rigor e no equilíbrio financeiro, mas também a busca permanente de soluções para implementar uma política progressista tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos e um ambiente cada vez mais atrativo para o investimento.”-----

Relativamente ao IMI e IRS o **Sr. Presidente referiu o seguinte:**-----

Para não estar a repetir o argumentário dou como reproduzida a minha declaração de voto prestada sobre o orçamento no ponto anterior.”-----

O Sr. Vereador Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro referiu o seguinte:-----

“Em coerência com a declaração de voto feita no orçamento. Votamos contra.”-----

O Sr. Vereador Carlos Manuel Soares Nunes acrescentou o seguinte:-----

“Nós continuamos a defender que a proposta de 40,00€ para agregados familiares com 2 dependentes é válida tanto mais que comparativamente àquilo que o Município já faz que é entregar um cheque ou um vale do 50,00€ no Lousada Natal, estes 40,00€ também é significativo no orçamento destas famílias com 2 dependentes. Por outro lado, uma proposta de redução na taxa de participação de 3,5% para 3% em sede de IRS também é válida porque, efetivamente, este é um valor que facilmente o Município tem capacidade de abdicar porque não tem um grande impacto na estrutura de finanças do Município. Portanto, voltamos a defender que num ano de contexto de crise inflacionista estas propostas são bastante válidas. E quando se coloca a questão porque não 2, ou 1, não é porque não, é porque entendemos que o Município tem capacidade a poder executar sem causar dano na estrutura de receitas do Município.”-----

O Sr. Presidente adiu:-----

17
@
"Eu estava tentado a não dizer nada, mas tenho de dizer. Relativamente ao IMI o que eu posso dizer é que, efetivamente, entendemos que do ponto de vista da receita que se perdia, não é muito expressivo, mas temos sérias dúvidas quanto à coerência dessa medida, sobretudo se analisada com a outra possibilidade que também os Municípios têm de conceder uma redução de 20,00€ a quem tem um dependente. Aquilo que estamos a dar ao nível da redução para o mínimo da taxa de IMI, isso sim, tem um impacto considerável nos orçamentos familiares. E é muito fácil as pessoas fazerem esse exercício, de ver quanto é que pagam atualmente em Lousada com esta taxa de 0,3% e quanto é que pagariam se essa taxa fosse 0,45% e vão ver que, efetivamente, isso sim, é que faz a diferença nos seus orçamentos familiares. Relativamente a esta matéria, o que nós achamos é que ela não tem a mesma expressão, a mesma importância na vida das pessoas que têm outras medidas que já implementamos e que, sobretudo neste contexto em que vivemos de crise inflacionista em que a Câmara vai ter sobrecustos muito grandes ao nível de algumas despesas que não seria prudente ir mais além daquilo que tem sido a nossa prática a nível da política fiscal.-----

Relativamente ao IRS eu queria dar nota de que, a exemplo daquilo que também tenho dito em anos anteriores, são muito poucos os municípios, mesmo a nível nacional, que abdicam da receita no IRS, a não ser que essa receita seja pouco expressiva. A título de exemplo, Penadono teria direito a 74 000,00€ de IRS e fixou em 0% a percentagem a que teria direito, porque, efetivamente, para o orçamento municipal, no seu todo, não terá grande impacto. Para esses municípios, essa medida pode ser vista como uma política de fixar as pessoas ao território. Quando se trata de verbas substanciais são muito poucos os municípios que prescindem. Lisboa prescinde, mas Lisboa é mesmo o pior exemplo que se pode dar a nível nacional. Há pouco não o disse, mas cada vez mais tenho a certeza de que o País tem um problema grave na repartição de recursos públicos. A iniquidade é tão grande, que nalguns casos é abismal, é gritante. O que é que interessa Lisboa prescindir 3% IRS, se por exemplo, ao nível da taxa municipal turística prevê este ano encaixar 30 milhões? São realidades completamente diferentes. Dou-lhes outro exemplo, Penafiel e Loulé têm 72 mil habitantes. Penafiel teve em 2022 o orçamento aprovado de 78 milhões. Loulé, para além da população residente, tem muita população flutuante, mas não pode haver uma diferença do 8 para o 80. O orçamento de Loulé em 2022 foi de 132 milhões de euros! Isto tem sentido?-----

O problema é que a receita fiscal dos municípios tem uma preponderância excessiva do imobiliário. Acho que a receita do IMI não devia ser 100% dos municípios. Os Municípios deviam ter direito a uma parte e o remanescente devia ter outras origens via orçamento de Estado. Não sendo assim, o País vai ficar cada vez mais desigual e as assimetrias vão ser cada vez maiores. -----

Por exemplo, Cascais, Oeiras e Lisboa não recebem nada do FEF, nem do FSM e porquê? Porque não precisam. Há claramente uma disparidade incompreensível.-----

Eu desejaria passar o IMI para 0%, mas não é prudente, não é responsável porque depois queremos recursos financeiros e não os temos. -----

Depois volto a dizer aquilo que disse aquando do orçamento, que a própria Coligação acaba por concordar connosco porque uma das bandeiras da Coligação era descer o IRS para 2,5%. No fundo a proposta que estão a apresentar de 3,5% é o reconhecimento de que não era viável a proposta que os vossos antecessores fizeram e não foi há muitos anos.”-----

3.3. Proposta para a taxa de IMI, para vigorar no ano de 2023.-----

Em conformidade com o disposto na al. c) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12/11 que aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), e no uso da competência prevista no art.º 33.º, n.º 1, alínea ccc) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou o Órgão Executivo, por maioria, submeter a fixação da taxa abaixo indicada para deliberação do Órgão Deliberativo, nos termos previstos no artigo já referido.-

- Prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto sobre Imóveis 0,3 %.

Mais foi deliberado, aprovar, por maioria, submeter à aprovação do Órgão Deliberativo a fixação de uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para vigorar no ano de 2023, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, com 3 ou mais dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, através de uma dedução fixa de 70€, nos termos do art.º 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre imóveis.

Votaram contra os Srs Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.

3.4. Proposta de IRS, para vigorar no ano de 2023.-----

De acordo com o estabelecido na al. c) do n.º 1 do art.º 25.º Do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03/09, conjugado com o n.º 1 do art.º 26.º Do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o Município de Lousada tem direito a uma participação variável no IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

Assim, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lousada, **foi deliberado por maioria que a percentagem de participação no IRS para o ano de 2023 se fixe nos 4%, nos termos do já citado art.º 26.º.**

Mais foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos do diploma referido.

3.5. Proposta para a taxa de direitos de passagem, para vigorar no ano de 2023.

Sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, **foi deliberado por unanimidade aprovar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2023, nos termos da al. ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.**

17
19
Mais foi deliberado submeter o assunto à Assembleia Municipal, cumprindo o estipulado na al. b) do n.º 1 do art.º 25º da citada lei conjugada com a al. f) do art.º 14º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.-----

3.6. Registo n.º. 2022,DGF, I,G, 18359 - Abertura de concurso público para o fornecimento contínuo de bens alimentares variados de legumes e fruta para Estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Lousada - Ano 2023. **Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento nos termos aí referidos.----**

3.7. Registo n.º. 2022,DGF, I,G, 18366/22 - Abertura de concurso público para o fornecimento contínuo de bens alimentares variados para os estabelecimentos de Educação e Ensino do Concelho de Lousada. -----
Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento nos termos aí referidos.----

3.8. Registo n.º. 2022,DGF,I,G, 18377 - Abertura de concurso público para o fornecimento contínuo de material da rede de água - Ano de 2023.-----
Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento nos termos aí referidos.----

3.9. Registo n.º. 2022, DGF,I,G, 18658 - Fornecimento contínuo de betuminoso (projeto de decisão final) - Ano de 2023. -----
Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento nos termos aí referidos.----

3.10. Registo n.º. 2022,DGF,I,G,18078 - Plano Anual das Feiras - Ano de 2023. ----
Analisada a informação em destaque emitida pela Secção de Taxas e Património, datada de 10 de novembro do ano em curso, que remete para análise e aprovação, de acordo com o Decreto-lei n.º 42/2008, de 10/03, bem como do art.º 9.º do Regulamento Municipal do Funcionamento das Feiras do Concelho, o Plano Anual das Feiras, **deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos aí consignados-----**

4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

4.1. Consumidor n.º 102483 - Tarifário Social - Deferido a atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 19633/21) – (registo n.º. 2022, DASJT, I.G. 17875).
Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

4.2. Consumidor n.º 19909 – Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 19633/21) “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – (registo n.º. 2022, DASJT, I.G. 17887). -----
Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

4.3. Consumidor n.º 14232 – Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 19633/21) “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – (registo n.º. 2022, DASJT, I.G. 17974). -----
Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

4.4. Consumidor n.º 28027 – Tarifário Social – Indeferido a atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 19633/21) “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção 50% da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – (registo n.º. 2022, DASJT, I.G. 18236). -----
Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

4.5. Interface Multimodal - Construção da Central de Autocarros - Concurso Público - Aprovação da realização da vistoria para efeitos de receção provisória dos trabalhos e da respetiva comissão (Inf. n.º 378/DOMA/2022). ---
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a realização da vistoria para efeitos de receção provisória dos trabalhos e da respetiva comissão nos termos da informação em destaque.-----

4.6. Beneficiação da Escola Básica e Secundária Lousada Norte - 2.ª Fase - Aprovação de subempreiteiros (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 17802). -----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.7. Beneficiação da Escola Básica e Secundária Lousada Oeste - 2.ª Fase - Aprovação de subempreiteiros (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 17808). -----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.8. Construção do Centro de Formação - Academia de Formação de Lousada -Aprovação da conta final da empreitada e da notificação ao empreiteiro (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18205). -----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.9. Beneficiação da Av. da Agrela e da Rua Casal de Baixo, Aveleda - Concurso Público - Aprovação da prorrogação do prazo contratual da empreitada por mais 90 dias, a título gracioso (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18722).-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.10. Beneficiação da Rua de S. Paio, Casais - Concurso Público - Aprovação da prorrogação do prazo contratual da empreitada por mais 60 dias, a título legal, dos planos de trabalhos, mão-de-obra, equipamentos e pagamentos (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18849).-----
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.11. Alargamento da Rua do Carvalho - União de Freguesias de Nespereira e Casais - Aprovação da minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, o Sr. António Basílio

Pimentel Carneiro Leão e a Sra. Joana Torrão Cadilhe, bem como das respetivas contrapartidas (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18527).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque. -----

4.12. Alargamento da Rua do Carvalho - União de Freguesias de Nespereira e Casais - Aprovação da minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, e a Sra. Delfina Ribeiro Teixeira, bem como das respetivas contrapartidas (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18530).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque. -----

4.13. Alargamento da Rua do Carvalho - União de Freguesias de Nespereira e Casais - Aprovação da minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, e a Sra. Delfina Ribeiro Teixeira, bem como das respetivas contrapartidas (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18532).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque. -----

4.14. Alargamento da Rua do Carvalho - União de Freguesias de Nespereira e Casais - Aprovação da minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, e a Sra. Delfina Ribeiro Teixeira, bem como das respetivas contrapartidas (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18536).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque. -----

4.15. Alargamento da Rua do Carvalho - União de Freguesias de Nespereira e Casais - Aprovação da minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, e a Sra. Delfina Ribeiro Teixeira, bem como das respetivas contrapartidas (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18541).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque. -----

4.16. Alargamento da Rua do Carvalho - União de Freguesias de Nespereira e Casais - Aprovação da minuta do protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, e o Sr. José Barbosa Marques Leal, bem como das respetivas contrapartidas (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 18543).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque. -----

4.17. União Cultural e Recreativa de Boim – Aprovação da atribuição de subsídio no valor de 23.028,94 € para pintura exterior da sede (reg.º n.º 2022, DOMA, I, G, 16647).-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a proposta nos termos redigidos.-----

4.18. Programa de apoio à Juntas de Freguesia para aquisição de viaturas de transporte escolar – Aprovação da atribuição de subsídio no valor de 5.000,00 € à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com a atribuição do subsídio nos termos propostos e submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º., conjugado com o disposto na al. j) do n.º 1 do art.º 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09.-----

5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

5.1. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,18806 - Proposta para a atribuição de apoio às crianças naturais do concelho de Lousada nascidas durante o ano de 2022, no âmbito da atividade Lousada Bebê Natal e respetiva proposta de protocolo a ser celebrado com as farmácias do concelho, parceiras na atividade. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o proposto.-----

5.2. ACIP – Adenda ao contrato de comodato celebrado a 20/11/2020. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a adenda ao contrato nos termos propostos na informação em destaque.-----

6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

6.1. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,18406 – Isenção do pagamento da componente de refeição escolar bem como atribuição de escalão A para a aquisição de livros de fichas e material escolar para a aluna com o código n.º15443, durante o presente ano letivo. -----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

6.2. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,17902 - Indeferimento do pedido para a aplicação do valor mínimo para o pagamento da componente de prolongamento de horário (tarde) para o aluno com o código n.º15419), durante o presente ano letivo.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

6.3. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,18375 - Isenção do pagamento de passe escolar aos alunos como os formulários Edu687, Edu684, Edu681 e Edu683, durante o presente ano letivo. -----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

6.4. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,18084 - Isenção do pagamento de passe escolar ao aluno como o formulário Edu103, durante o presente ano letivo. -----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

6.5. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,17995 - Isenção do pagamento de passe escolar ao aluno como o formulário Edu298, durante o presente ano letivo. -----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

6.6. Registo n.º 2022,DASJT,I,G,18637 - Isenção do pagamento de passe escolar aos alunos como os formulários Edu1287 e Edu1286, durante o presente ano letivo. -----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----

6.7. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18539 - Transferência para os 4 agrupamentos de escolas do concelho da verba correspondente à comparticipação do Município nas visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares aos alunos que sejam beneficiários dos escalões A e B da ação

social escolar, durante o presente ano letivo. -----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com a transferência da verba nos termos propostos, assim:-----

- **Agrupamento de Escolas de Lousada - 2.170,00€; -----**
- **Agrupamento de Escolas de Lousada Este - 1.960,00€;-----**
- **Agrupamento de Escolas de Lousada Oeste - 2.090,00€ e -----**
- **Agrupamento de Escolas Dr. Mário Fonseca - 2.380,00€.-----**

6.8. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18837 - Minuta do Acordo de Parceria a celebrar entre o Município de Lousada, a Associação de Cultura Musical de Lousada e o Agrupamento de Escolas Lousada Oeste. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do acordo nos termos redigidos.-----

6.9. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18551 - Minuta do Contrato Interadministrativa a celebrar entre o Município de Lousada e a Junta de Freguesia do Torno, aprovação da minuta. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato Interadministrativo nos termos referidos.-----

6.10. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18548 - Contrato Interadministrativa a celebrar entre o Município de Lousada e a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato Interadministrativo nos termos referidos.-----

6.11. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18548 - Regulamento para atribuição de bolsas de estudo. -----

**Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o regulamento para atribuição de bolsas de estudo nos termos propostos e submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.---
Abstiveram-se os Srs. Vereadores da Coligação Acreditar Lousada.-----**

6.12. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18899 - Aprovação dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023 a celebrar entre o Município de Lousada e a Academia Ginástica Lousada, Associação Cultural Recreativa e Desportiva "Aqui Del Rei", Associação Desportiva e Recreativa de Avelada, Associação de Hóquei de Lousada, Associação Voleibol Clube, Associação Recreativa de Macieira Centro Cultural e Desportiva da Ordem, Juventude

Hóquei Clube, União Desportiva de Lagoas, Centro Cultural e Recreativa de Covas e Grupo Recreativo Cultural de Sto. Estevão. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar os contratos-programa referidos. -----

6.13. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18902 – Minuta do Contrato de Comodato – Salas da Academia do Pavilhão Municipal de Lousada a celebrar entre o Município de Lousada e a Federação Shotokan Karate Internacional Portugal.

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o contrato-programa nos termos redigidos. -----

6.14. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G,18906 – Minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo 2022/2023 a celebrar entre o Município de Lousada e a Associação Ténis Porto. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o contrato-programa nos termos redigidos. -----

6.15. Registo n.º 2022,DCPCE,I,G, 18700 – Delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas de Lousada, Lousada Este, Lousada Oeste e Dr. Mário Fonseca no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a delegação de competências nos termos propostos.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do n.º 4 do art.º 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião.-----

E eu, Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, elaborei a presente ata, que também assino, de acordo com o n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09.-----

O Presidente da Câmara:

Pedro Daniel Machado Gomes



A Chefe da DARH:

Vânia Gabriela Esteves da Silva

